

Divulgação relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade

Interveniente no mercado financeiro: Findlay Park Partners LLP [LEI 213800LYWFZT5XMZ5842]

RESUMO

A Findlay Park Partners considera os principais impactos negativos das suas decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade no âmbito do seu processo de diligência devida para investimentos. A presente declaração constitui a declaração consolidada dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade da Findlay Park Partners LLP.

A publicação desta declaração sobre os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade coincide com o segundo período de referência de 1 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. O primeiro período de referência também foi incluído. Registaram-se algumas alterações incrementais na origem e cobertura dos dados. No entanto, não apresentámos novas declarações entre anos, em parte devido à consulta regulamentar em curso sobre a natureza exata destas métricas e o quadro regulamentar mais vasto aplicável às finanças sustentáveis.

Indicadores de Principais Impactos Negativos (PIN) considerados pela Findlay Park Partners LLP

TEMA	INDICADOR DE PIN OBRIGATÓRIO	MÉTRICA
Indicadores sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente	1. Emissões de GEE	GEE de categoria 1
		GEE de categoria 2
		Emissões de GEE de categoria 3
		Total das emissões de GEE
	2. Pegada de carbono	Pegada de carbono
	3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento	Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento
	4. Exposição a empresas que operam no setor dos combustíveis fósseis	Quota-parte dos investimentos em empresas que operam no setor dos combustíveis fósseis
5. Quota-parte do consumo e produção de energias não renováveis	Quota-parte do consumo de energias não renováveis das empresas beneficiárias do investimento a partir de fontes de energia não renováveis, em comparação com as fontes de energias renováveis, expressa em percentagem do total das fontes de energia	
6. Intensidade do consumo de energia por setor com elevado impacto climático	Consumo de energia em GWh por cada milhão de euros de receitas de empresas beneficiárias do investimento, por setor com elevado impacto climático	

Divulgação relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade

	7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade	Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento que possuem instalações/operações localizadas no interior ou próximo de zonas sensíveis do ponto de vista da diversidade, quando as atividades dessas empresas beneficiárias do investimento tiverem um impacto negativo nessas zonas
	8. Emissões para o meio aquático	Toneladas de emissões para o meio aquático provenientes de empresas beneficiárias do investimento por cada milhão de euros investido, expressas em média ponderada
	9. Rácio de resíduos perigosos	Toneladas de resíduos perigosos e resíduos radioativos gerados pelas empresas beneficiárias do investimento por cada milhão de euros investido, expressas em média ponderada
Questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno	10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais	Quota-parte dos investimentos em empresas que estiveram envolvidas em violações dos princípios UNGC ou das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais
	11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UN Global Compact ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais	Quota-parte dos investimentos em empresas que não possuem políticas de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais
	12. Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas	Média das disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas das empresas beneficiárias do investimento
	13. Diversidade de género nos conselhos de administração	Rácio médio de mulheres/homens nos conselhos de administração das empresas beneficiárias do investimento, expresso em percentagem da totalidade dos membros do conselho de administração
	14. Exposição a armas controversas	Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento envolvidas no fabrico ou na venda de armas controversas
TEMA	INDICADOR DE PIN ADICIONAL	MÉTRICA
Indicadores sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente	Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono	Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento sem iniciativas de redução das emissões de carbono que visem o alinhamento com o Acordo de Paris

Divulgação relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento nos fatores de sustentabilidade

Questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno	Ausência de código de conduta de fornecedor	Quota-parte dos investimentos em empresas beneficiárias do investimento sem qualquer código de conduta de fornecedor (contra as condições de trabalho inseguras, o trabalho precário, o trabalho infantil e o trabalho forçado)
--	---	---

TABLE 1: DESCRIPTION OF PRINCIPAL ADVERSE IMPACTS OF INVESTMENT DECISIONS ON SUSTAINABILITY FACTORS

INDICATORS APPLICABLE TO INVESTMENTS IN INVESTEE COMPANIES

Adverse Sustainability Indicator	Metric	Impact 2022	Impact 2023	Impact 2024	Explanation	Actions taken, and actions planned, and targets set for the next reference period.
----------------------------------	--------	-------------	-------------	-------------	-------------	--

CLIMATE AND OTHER ENVIRONMENT-RELATED INDICATORS

Green-house gas emissions	1. GHG emissions	Scope 1 GHG emissions	188,955	200,983	199,129	We use MSCI for Scope 1 & 2 data, as this is more timely, S&P Trucost for Scope 3 given longstanding environmental modelling capabilities. Some of our higher carbon names included our energy companies (EOG,	Our research, engagement and voting are informed by climate indicators such as corporate climate targets and alignment with the Paris Agreement, among other metrics. We are members of the Net Zero Asset Managers Initiative - an international group of asset managers committed to supporting the goal of net zero greenhouse gas emissions by 2050 or sooner. We remain committed to an interim target for 60% of the companies in the Fund by AUM to have committed to science-based targets by 2025, rising to 90% by 2030. We are pleased that our 2024 year average was 60%. We engaged with all companies in the Fund to encourage them to set science-based climate
		Scope 2 GHG emissions	47,070	43,725	30,514		
		Scope 3 GHG emissions	3,287,827	2,184,318	1,726,540		
		Total GHG emissions	3,523,852	2,429,026	1,956,179		

2. Carbon footprint	Carbon footprint	342	273	200	and latterly ConocoPhillips). Industrials and chemical companies were also higher contributors.	<p>targets, unless they had already made such commitments.</p> <p>Over 2024, several companies that we have contacted as part of these efforts committed or set SBTs. This included Texas Instruments, a high carbon company with which we have consistently engaged on climate since 2021. In 2024 the company made an SBTi commitment.</p>
	3. GHG intensity of investee companies	GHG intensity of investee companies	955	939		
4. Exposure to companies active in the fossil fuel sector	Share of investments in companies active in the fossil fuel sector	11%	13%	12%	This metric includes railroad and waste companies which transport fossil fuels.	<p>We also sought to align our voting to these efforts; in 2024 we noticed an uptick of anti-climate resolutions, which we do not support.</p> <p>We have binding exclusions on investment in companies deriving 10% of revenue from: coal-fired power and coal mining or oil sands. We see these activities as among the most damaging to the environment, including with respect to climate change.</p>
5. Share of non-renewable energy consumption and production	Share of non-renewable energy consumption and non-renewable energy production of investee companies from non-renewable energy sources compared to renewable energy sources, expressed as a	69% Consumption	71% Consumption	74% Consumption	We used S&P data from 2023 given improved coverage.	<p>Overall, in terms of our climate-related PAI metrics, most of these have decreased year-on-year.</p>
		65% Production	58% Production	58% Production	This relates solely to Berkshire Hathaway's utility subsidiary, which we are scaling up	

		percentage of total energy sources				to the parent level for this calculation	
	6. Energy consumption intensity per high impact climate sector	Energy consumption in GWh per million EUR of revenue of investee companies, per high impact climate sector	0.8	2.6	5.2		
Biodiversity	7. Activities negatively affecting biodiversity sensitive areas	Share of investments in investee companies with sites/operations located in or near to biodiversity sensitive areas where their activities negatively affect those areas	18%	23%	20%	We make our own assessment of our companies' impacts on biodiversity. We have taken a precautionary approach to this data point, requiring a high bar for companies showing their adherence to biodiversity impact management	<p>We recognize the growing importance of biodiversity and assess the companies in the Fund with the greatest potential for impact based on the nature of their activities.</p> <p>Based on this monitoring we take a risk-based approach to firm engagement, generally to encourage greater disclosure or to address specific shortcomings.</p> <p>We support CDP's Forests and Climate programmes, both of which have asked for more biodiversity-specific information in recent years.</p>

						which none met in the period.	
Water	8. Emissions to water	Tonnes of emissions to water generated by investee companies per million EUR invested, as a weighted average	0.07	1.71	4.8	From 2023 we used S&P Trucost data for both metrics, given better coverage (we had used corporate disclosed hazardous waste data in 2022). We also used an MSCI screen based on the nature of a company's water or waste exposures to determine whether null values should be excluded, or counted as 0. This has led to more nulls being excluded rather than counted as 0.	We support CDP's water programme, which covers water risks and impacts across areas including pollution, stress and usage. We encouraged greater water recycling and / or reduced freshwater use for a few of the companies in which we invest with higher water risks and impacts.
Waste	9. Hazardous waste ratio	Tonnes of hazardous waste generated by investee companies per million EUR invested, as a weighted average	7.2	29.8	28.3		We have undertaken more limited research and engagement on hazardous waste per se – as there is a compliance-related component to this category (for instance Health Care firms may be required to treat waste as hazardous). We have engaged with a few companies on waste and pollution.

INDICATORS FOR SOCIAL AND EMPLOYEE, RESPECT FOR HUMAN RIGHTS, ANTI-CORRUPTION AND ANTI-BRIBERY MATTERS

<p>Social and employee matters</p>	<p>10. Violations of UN Global Compact principles and Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) Guidelines for Multinational Enterprises</p>	<p>Share of investments in investee companies that have been involved in violations of the UNGC principles or OECD Guidelines for Multinational Enterprises</p>	<p>4.3%</p>	<p>0%</p>	<p>0%</p>	<p>We use a third-party assessment from ISS, although we may disagree with their conclusions.</p>	<p>We continue to monitor all potentially serious controversies on at least a monthly basis. Any companies flagged by our data provider as potentially in breach of these norms are highlighted in our internal sustainability risk monitoring system.</p> <p>We owned Alphabet, which was subsequently highlighted by ISS as in breach of the UN Global Compact. However, we sold the company (in part due to related regulatory risk) before the end of the quarter when ISS flagged this issue.</p>
	<p>11. Lack of processes and compliance mechanisms to monitor compliance with UN Global Compact principles and OECD Guidelines for Multinational Enterprises</p>	<p>Share of investments in investee companies without policies to monitor compliance with the UNGC principles or OECD Guidelines for Multinational Enterprises or grievance/complaints handling mechanisms to address</p>	<p>46%</p>	<p>40%</p>	<p>36%</p>	<p>We carry out manual checks for corporate commitments and policies related to UN Global Compact pillars.</p>	<p>In general, we encourage greater transparency on sustainability and governance issues and their oversight – which considerably overlaps with UN Global Compact Principles.</p> <p>We have been encouraged by the increasing quality of related policies and reporting on these topics.</p> <p>One area where North American companies are sometimes less explicitly aligned relates to labour rights, especially regarding unionization. We saw related issues in our railroad holdings; encouragingly labour agreements progressed in 2024.</p>

		violations of the UNGC principles or OECD Guidelines for Multinational Enterprises					
12. Unadjusted gender pay gap	Average unadjusted gender pay gap of investee companies		22%	24%	21%	We use UK gender pay gap reporting. This data set is consistent and can be checked against UK averages (around 7% for mean pay gap) ¹ but may not represent a global view.	<p>Given limited data quality on this issue, we have seldom used this as a particular data point in our engagement. However, it may be used to “sense check” our views.</p> <p>We also systematically monitor perceptions around gender equality using US based rating firm InHerSight. Poorly scoring firms receive a lower weighting in our internal sustainability risk report to prompt further research and engagement.</p> <p>We voted for select diversity, equity and inclusion-related proposals in 2024. Importantly, given the increasing backlash on DEI issues, we have been encouraging firms to adhere to the principles of inclusive culture and diverse perspectives.</p>
13. Board gender diversity	Average ratio of female to male board members in investee companies,		32%	32%	33%	Board gender diversity in the US is just under 30%	We consider Board gender diversity when making voting decisions, which may influence our voting on diversity related resolutions, or more generally inform our view on the quality of governance at a company. We explain related

¹ VOA gender pay report 2024, <https://www.gov.uk/government/publications/voa-gender-pay-gap-report-and-data-2024/voa-gender-pay-report-2024#:~:text=Gender%20pay%20gap%20data%20%2D%20base%20pay&text=The%20mean%20hourly%20rate%20for,decrease%20from%208.2%25%20in%202023>

		expressed as a percentage of all board members				for the Russell 1000. ²	voting in our 2024 Responsible Investment & Engagement reporting.
	14. Exposure to controversial weapons (anti-personnel mines, cluster munitions, chemical weapons and biological weapons)	Share of investments in investee companies involved in the manufacture or selling of controversial weapons	0%	0%	0%	We have binding exclusions on investments in such companies.	N/A

² [5050WOB 2024 Gender Diversity Index Report](#)

TABLE 2: ADDITIONAL CLIMATE AND OTHER ENVIRONMENT-RELATED INDICATORS

INDICATORS APPLICABLE TO INVESTMENTS IN INVESTEE COMPANIES

Adverse Sustainability impact	Metric	Impact 2022	Impact 2023	Impact 2024	Explanation	Actions taken, and actions planned, and targets set for the next reference period.
-------------------------------	--------	-------------	-------------	-------------	-------------	--

CLIMATE AND OTHER ENVIRONMENT-RELATED INDICATORS

Emissions	4. Investments in companies without carbon emission reduction initiatives	Share of investments in investee companies without carbon emission reduction initiatives aimed at aligning with the Paris Agreement	50%	52%	40%	We use companies without SBTi commitments or targets for our assessment.	As described above, we engage with all companies in the Fund without science-based commitments or targets to encourage them to set these. At the end of Q4 2024 only around 38% of the portfolio was not covered by such targets or commitments.
-----------	---	---	-----	-----	-----	--	--

TABLE 3: ADDITIONAL INDICATORS FOR SOCIAL AND EMPLOYEE, RESPECT FOR HUMAN RIGHTS, ANTI-CORRUPTION AND ANTI-BRIBERY MATTERS

INDICATORS FOR SOCIAL AND EMPLOYEE, RESPECT FOR HUMAN RIGHTS, ANTI-CORRUPTION AND ANTI-BRIBERY MATTERS

Adverse Sustainability impact	Metric	Impact 2022	Impact 2023	Impact 2024	Explanation	Actions taken, and actions planned, and targets set for the next reference period.
-------------------------------	--------	-------------	-------------	-------------	-------------	--

INDICATORS APPLICABLE TO INVESTMENTS IN INVESTEE COMPANIES

Social and employee matters	4. Lack of a supplier code of conduct	Share of investments in investee companies without any supplier code of conduct (against unsafe working conditions, precarious work, child labour and forced labour)	19%	22%	26%	<p>We manually check all the companies in the Fund for public supplier codes of conduct covering these key issues.</p> <p>We believe these gaps are generally due to corporate structure, or size, as opposed to poor supplier standards.</p>	<p>We engaged with companies which have not disclosed their supplier code of conduct, or where this lacked reference to key human rights issues, or more broadly on the topic of human rights governance. We voted on the topic of human rights impacts in 2024, supporting related resolutions at Texas Instruments.</p>
-----------------------------	---------------------------------------	--	-----	-----	-----	---	---

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

Identification and prioritization

We prioritise issues that are either most material from a risk and reward perspective, or from an impact perspective. We believe this can best protect and enhance the value of our investments. Therefore areas which we most closely monitor, and are likely to engage on, include those outlined in our Responsible Investment Policy under “Our investment process” and “Our consideration of impact”

Low performance on either our internal sustainability risk monitoring system – our Responsible Investment Gauge (RIG) - or on these PAI metrics, may catalyse engagement.

We consider the scope and severity of risk, and negative sustainability impacts, in our engagement. Relevant factors here might include the number of people-related impacts, whether damage is irreversible, and the probability of future occurrence or recurrence.

Governance

The Board of Findlay Park Partners LLP has overall responsibility for approving our approach to sustainability and approves our Responsible Investment and Engagement policy at least annually. It is supported by the Responsible Investment Committee (RIC) which develops and proposes sustainability policies, and which reports into the Board. The RIC reviews PAIs on a quarterly basis and approves the annualised data underpinning the Principal Adverse Impact Statement on a yearly basis.

Data sources and methodologies

We follow the definitions and formulae as set out in the Regulatory Technical Standards (RTS) and supplemental guidance to the best of our ability. For instance, where specified, we use the definition of weighted average: “ratio of the weight of the investment by the financial market participant in an investee company in relation to the enterprise value of the investee company”. In some other cases we have chosen the more typical measure of portfolio exposure, as a weighting in the Fund (ex-cash, as explained below).

We have the ability to hold a relatively high proportion of cash relative to many equity Funds (up to 20%), and this can change meaningfully over time. Therefore, we have excluded cash in some cases, for instance when we have normalised metrics based on the percentage weighting in the Fund, to improve comparability over time.

We invest in U.S.-domiciled companies and had to convert revenues and investment values to Euros. In general, many of the environmental indicators have a 1-2 year time lag given lack of timely reporting. One exception is the assessment of companies committed to science-based targets, which is a more regularly updated data set (it is typically updated monthly by SBTi). Other social and governance metrics, such as Board diversity, are more timely, with the exception of gender pay gap reporting, which is typically on a 1-2 year time lag.

Environmental Indicators

Most of our disclosed figures for the environmental indicators come from S&P Trucost. One exception relates to Scope 1 & 2 emission; here we use MSCI’s data given the more timely nature of their reporting cycle. By contrast, for Scope 3 data, we use S&P Trucost’s modelling capabilities, given their longer history of value-chain emissions modelling. No company reported data is used in this category – given lack of consistent reporting. We have also supplemented some data gaps with our own analysis.

1. GHG emissions

$$\sum_n^i \left(\frac{\text{current value of investment}_i}{\text{investee company's enterprise value}_i} \times \text{investee company's Scope}(x) \text{ GHG emissions}_i \right)$$

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

2. Carbon footprint

$$\frac{\sum_n^i \left(\frac{\text{current value of investment}_i}{\text{investee company's enterprise value}_i} \times \text{investee company's Scope 1, 2 and 3 GHG emissions}_i \right)}{\text{current value of all investments (€M)}}$$

3. GHG intensity

$$\sum_n^i \left(\frac{\text{current value of investment}_i}{\text{current value of all investments (€M)}} \times \frac{\text{investee company's Scope 1, 2 and 3 GHG emissions}_i}{\text{investee company's €M revenue}_i} \right)$$

4. Fossil fuel exposure

The regulation defines 'companies active in the fossil fuel sector' as: "companies that derive any revenues from exploration, mining, extraction, production, processing, storage, refining or distribution, including transportation, storage and trade, of fossil fuels as defined in Article 2, point (62), of Regulation (EU) 2018/1999 of the European Parliament and of the Council".

We primarily rely on S&P Trucost to make this assessment for us. However, we have added some companies which we consider in scope given the definition – although we agree that they are not intuitively 'fossil-fuel' companies. Specifically, as transportation of fossil fuels is in scope of this definition, we have manually added railroads and waste companies to this calculation, as these companies transport coal and oil.

Cash is excluded from this calculation to aid comparability over time, and we report exposure as a percentage of the Fund, by position size.

5. Non-renewable energy

This metric requires us to report 'share of non-renewable energy consumption and non-renewable energy production of investee companies from non-renewable energy sources compared to renewable energy sources, expressed as a percentage.' We are using the SFDR RTS' definition of weighted average, and S&P's data for this metric.

Energy production only applies to one of our companies – Berkshire Hathaway, and specifically its utilities subsidiary - and we split this out in reporting. We have not amended the EV to Berkshire Hathaway Energy, as it is hard to apportion ownership across a conglomerate.

6. Energy consumption intensity

This metric requires us to report 'energy consumption in GWh per million EUR of revenue of investee companies, per high impact climate sector.' We are currently taking a portfolio aggregated approach rather than splitting this out per NACE sector. We are aware that a change to this is being discussed.

S&P data was used for this calculation in 2024, We are reporting the weighted average of these numbers, as per the SFDR RTS definition outlined above, and adjusting this to exclude null values, and non-high impact companies.

7. Biodiversity

This metric requires us to determine companies with operational biodiversity impacts, the location of corporate sites/operations relative to biodiversity sensitive areas, and whether companies have undertaken specified measures to mitigate their impact of biodiversity which would render them out of scope for reporting.

We focus our analysis on those companies in sectors whose activities prove most likely to negatively impact biodiversity. This list of companies is informed by MSCI's corporate assessment and by OECD and UN Environment Programme sector guidance, modified by our sense check as appropriate.

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

We have not been able to obtain accurate, comprehensive precise location data points for companies. Had we had more information, we intended to assess these locations against the Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT) which contains maps of Key Biodiversity Areas (KBAs), UNESCO World Heritage sites, and Natura 2000 network of protected areas, as well as sites protected at a national level. We did use the TNFD open sourced version of the IBAT tool where this was possible.

We also assess corporate disclosures for demonstration of significant mitigation measures as outlined in the regulation, with a particular focus on any companies reporting respect for IFC Performance Standard 6 and giving evidence that the mitigation hierarchy is being followed. CDP was a good source of related information. We found limited evidence of this among our companies, although some did give examples showing aspects of the mitigation hierarchy being followed for certain sites.

Ultimately, we have taken a precautionary approach and listed all the companies with operational activities likely to negatively impact biodiversity, as having such negative impacts. Cash is excluded from this calculation to aid comparability over time, and we report exposure as a percentage of the Fund, by position size.

8. Emissions to water

The mandatory environmental indicator relating to emissions to water requires that we report 'tonnes of emissions to water generated by investee companies per million EUR invested expressed as a weighted average.' In this case: "emissions to water" means direct emissions of priority substances as defined in Article 2(30) of Directive 2000/60/EC of the European Parliament and of the Council and direct emissions of nitrates, phosphates and pesticides".

The referenced Article 2(30) of Directive 2000/60/EC defines 'Priority substances' as: substances identified in accordance with Article 16(2) and listed in Annex X. The corresponding Annex lists 45 priority substances with relevance to water policy. However, firm-level data for the emission of all 45 priority substances does not exist. S&P Trucost provides modelled data for four types of emissions to water, all in tonnes per year: nutrients and organic pollutants, acid emissions, metal emissions, and pesticides and fertilizers for all of our holdings. There is overlap between these categories and those requested by the regulation. For instance, pesticide emissions are required, and nitrates and phosphates come from fertilizers. Further, some of priority substances listed in the table are metals or acids.

We are reporting the sum of organic pollutants, acid emissions, metal emissions, and pesticides for each of our companies as given by our data provider, per million EUR invested, expressed as a weighted average of our portfolio holdings, as per the final SFDR RTS definition. We believe S&P Trucost's estimation methods to be particularly robust and the most feasible method to comply with the intention behind the regulatory text.

One limitation is that it was difficult to determine whether all the null values from S&P were true 0s or lack of information / assessment. To help us determine which was most appropriate, we used an industry level screen for water impact from MSCI, based on industry classification. This led to more companies being assigned as missing data points vs 0s, contributing to an apparent uptick in this metric year-on-year.

9. Hazardous waste

The mandatory environmental indicator relating to hazardous waste requires that we report 'tonnes of hazardous waste generated by investee companies per million EUR invested expressed as a weighted average.' The RTS defines hazardous waste as: hazardous waste as defined in Article 3(2) of Directive 2008/98/EC of the European Parliament and of the Council and radioactive waste as per Article 3(7) of Council Directive 2011/70/Euratom.

S&P Trucost gives firm-level data for companies on this topic. Similarly to emissions to water, one limitation is that it was difficult to determine whether all the null values from S&P were true 0s or lack of information / assessment. To help us determine which was most appropriate, we used an industry level screen for pollution and waste impact from MSCI, based on industry classification. This led to more companies being assigned as missing data points vs 0s, contributing to an apparent uptick in this metric between 2022-23 and this remained elevated in 2024.

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

Social Indicators

1. Violations of UN Global Compact principles and OECD Guidelines

This data is provided by ISS ESG and is produced by assessing material controversies against these frameworks and engaging with companies where possible. We have chosen the threshold for reporting as levels 9 and 10 on this methodology, representing ISS ESG's assessment of: Imminent Failure to Respect Established Norms (9) and Verified Failure to Respect Established Norms (10).

Cash is excluded from this calculation to aid comparability over time, and we report exposure as a percentage of the Fund, by position size.

2. Lack of processes and compliance mechanisms to monitor compliance with UN Global Compact principles and OECD Guidelines

We note that there is limited guidance as to how to approach this metric, and that the additional definition provided is somewhat ambiguous in requiring disclosure of the: "Share of investments in investee companies without policies to monitor compliance with the UNGC principles or OECD Guidelines for Multinational Enterprises or grievance /complaints handling mechanisms to address violations of the UNGC principles or OECD Guidelines for Multinational Enterprises".

We have chosen to exclude only companies where we have reasonable, publicly disclosed evidence, of policies and procedures in line with the UN Global Compact (UNGC). This framework was chosen over the OECD guidelines as companies can sign up to the former, not the latter, and it is easier to evidence alignment with the UNGC.

We excluded all UNGC signatories with recent, credible reports to the UNGC, as well as evidence of a grievance or complaints mechanism. This meant that those recently committed to the UNGC, or with reports to the UNGC in the 'learner' phase, were not automatically included on this basis.

In addition, we assess whether companies which have not signed the UNGC nevertheless have made commitments in line with all of its principles, and had an aligned grievance or complaints mechanism. Only publicly available documents are considered. The most common gap is companies not specifically indicating respect for Principle 3 of the UN Global Compact, covering freedom of association and collective bargaining.

The final reported metric is the weighted total of investments in the Fund which does not meet the criteria outlined above, demonstrating policies and procedures aligned with the UNGC. Cash is excluded from this calculation to aid comparability over time, and we report exposure as a percentage of the Fund, by position size.

3. Unadjusted gender pay gap

Given the lack of aligned reporting requirements in the US, none of the companies in the Fund report a mean gender pay gap in terms of hourly earnings. Data availability for this metric is therefore a challenge, and we understand that approaches will differ. One choice was to leave this as a gap. However, we wanted to start collecting information on this point to help inform our understanding of firm's diversity and inclusion efforts, which might feed into our engagement.

The UK Gender Pay gap reporting framework was chosen due to the consistency of information provided through this, and the degree of applicability to companies in the Fund relative to other jurisdictions with similar pay gap disclosure frameworks. Around half the companies in the Fund report this metric at a UK subsidiary level. These figures provide a consistent, although partial, approach to the question.

SFDR specifies use of average gender pay gap. We chose the most common interpretation of average, as being the mean.

Cash is excluded from this calculation to aid comparability over time, and we report exposure as a percentage of the Fund, by position size.

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

4. Board gender diversity

The gender of currently serving Board directors was provided by Factset in 2023 and 2024; in 2022 this was provided by BoardEx. We report Fund exposure as a percentage of the Fund, by position size.

5. Exposure to controversial weapons

Data for this metric is provided by ISS ESG, which has one of the best known and longest standing controversial weapons research teams (formerly part of Swedish firm Ethix SRI Advisors, which was bought by ISS in 2015). The firm researches controversial weapons programmes and related contracts, as well as engaging with companies where possible for clarification around potential involvement.

The Fund does not invest in manufacturers of such weapons, nor those deemed potentially in breach of related weapons conventions covering cluster munitions, antipersonnel mines, biological or chemical weapons. Given the severity of these impacts, we have taken additional caution and classified anything categorized by ISS ESG as “amber” or “red” (score 6-10) as out of scope, at least until further clarification. These scores range from “Fragmentary information about involvement - enabling equipment” to “Verified involvement - controversial weapons”.

Additional Environmental - Investments in companies without carbon emission reduction initiatives

We regularly monitor how many of our companies have set a science-based target. For this metric we focus on companies that have failed to set or commit to Science Based Targets Initiative targets, as this is the clearest way to judge “Paris-alignment” (which is specified in the regulatory definition). This data is sourced from SBTi’s website. Cash is excluded from this calculation to aid comparability over time, and we report exposure as a percentage of the Fund, by position size.

Additional Social - Lack of a supplier code of conduct

As the regulation indicates a supplier code of conduct should cover “unsafe working conditions, precarious work, child labour and forced labour”, only supplier codes which referenced safety, child labour and forced labour were considered in scope. Only publicly available documents were considered. The final reported metric is the weighted total of investments in the Fund which did not meet the criteria outlined above. Cash is excluded from this calculation to aid comparability over time, and we report exposure as a percentage of the Fund, by position size.

ENGAGEMENT POLICIES

Engagement is essential to our investment strategy, and is a collaborative effort involving all team members. Our experienced investment team is focused on one strategy. We typically hold around 40-60 companies in the portfolio. This means we’re able to get to know our companies and their management teams extremely well and hold hundreds of meetings across our investee companies each year.

Our engagement with companies spans a number of areas. We pay careful attention to corporate strategy, financial risk, and capital structure; considering dividend and share buyback policies, employee stock plans and the use of debt finance. We also focus on a range of specific sustainability risks and impacts.

We monitor a number of data points which can inform us of changes, such as altered employee satisfaction or new controversies. Such changes are captured in the RIG, which is also accompanied by a summary report. These changes are highlighted monthly. The Responsible Investment Committee also reviews the PAI monitoring process, including being alerted to key changes, on a quarterly basis.

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

How we prioritise engagement and seek to influence behaviour

We prioritise issues that are either most material from a risk and reward perspective, or from an impact perspective. We believe this can best protect and enhance the value of our investments. Therefore areas which we most closely monitor, and are likely to engage on, include those outlined in our Responsible Investment & Engagement Policy under “Our investment process” and “Our consideration of impact”.

Signals which aid our engagement include changed data points (for instance a worsening Glassdoor score, or implied temperature rise score). Another likely catalyst for engagement includes low performance on PAI metrics (for instance the companies highlighted as most likely to have negative biodiversity impacts).

Our discussions may either be ‘bottom up’ or thematic in nature. As noted above, we encourage all companies in which we invest to commit to science-based climate targets, given the systemic nature of climate risk. Stock-specific factors which may influence how we prioritise engagement include the size of our position in a company, the extent of the holding in our strategy, and the importance of an issue to the investment thesis. We consider the scope and severity of risk, and negative sustainability impacts, in our engagement. Importantly, we also respond to short-term events such as upcoming voting decisions, company requests, management changes, and escalation of risks or impacts.

Our preferred outcome is to positively influence a company’s behaviour. Where necessary we engage many times on the same issue to help drive this change. Our objectives and actions may differ depending on the context. Goals include enhanced corporate disclosure or action on sustainability risks or impacts.

Outcomes may also include improved voting decisions, changes to our investment thesis or portfolio construction. We give examples of engagement, and related outcomes, in our biannual reporting.

How we escalate issues

We engage on issues of concern with a positive, constructive mindset, hoping to clarify management’s intentions or change behaviour. Should this not be possible, we will:

- Raise the issue further up the management/governance hierarchy, (if there is further to go, and we think this will help clarify or highlight the issue at hand).
- Where appropriate, take necessary voting action (which may include voting against Board members, supporting shareholder resolutions, voting against management pay).
- Determine whether the failure to resolve the issue compromises our investment thesis, or poses an unacceptable level of risk, including reputational risk, to the underlying company or our strategy.
- If we conclude that it does, we exit the position.
- If not, make any appropriate adjustments to current and/or maximum position sizes, and note the issue for high priority monitoring.

Material issues are reviewed in portfolio manager meetings on a monthly basis, and may be escalated to the RIC where appropriate. We are also able to act more swiftly, for instance in response to escalating controversies.

There are instances when we have divested from a company due to Responsible Investment related concerns. However, the depth of the due diligence in our investment process means that these occasions are thankfully few and far between. This typically occurs when issues are severe, and we see insufficient willingness to change. In some cases this is part of a decision making process, or sustainability and governance issues are tied in with our reduced confidence in a company.

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

Our approach to cooperation

We support a select number of initiatives on systemic issues which we believe require a coordinated approach. Climate is an example of a systemic issue, which we believe benefits from common standards and aims. We are signatories to the Net Zero Asset Managers (NZAM) initiative, and have chosen one of the frameworks endorsed by this initiative as a basis for our climate stewardship target.

This SBTi approach itself is an example of coordination – in that it is a well-known standard increasingly endorsed by companies and governments, rather than a finance-specific framework. Likewise, we support better quality climate reporting. We are official supporters of Taskforce on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), which has been endorsed and mandated by a number of governments.

Climate is not the only issue on which we are open to cooperation. We increasingly recognised the importance of nature-related issues beyond climate – such as water stress, deforestation, and biodiversity loss. We are signatories to CDP's climate, water and forestry programmes. We have also become members of the Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD) Forum – which seeks to develop best-practice with regard to nature related reporting and risk management.

We have also joined the Investor Alliance on Human Rights – noting the complex nature of human rights risks and impacts. We are participants in the UN PRI's shareholder collaboration programme, through which we may join thematic working groups and sign letters on a range of topics.

Whilst we are open to cooperation on responsible investment issues, our preferred approach to engagement is to conduct this bilaterally. We see this as a fruitful avenue for constructive conversations. We are also mindful of the potential risks of some forms of collaborative engagement, and related legal challenges.

Our voting policy

We see voting as an opportunity to either signal support for companies, or to challenge them, acting in the long-term interest of our investors. We do not participate in stock lending arrangements and retain voting rights across all holdings. We aim to achieve a 100% voting record, abstaining only in exceptional cases, which we always explain in our reporting.

Although we subscribe to the services of a third-party proxy voting provider, ISS, we make independent decisions based on our own research and engagement with management teams. A full, proprietary voting report is drawn up in advance of every annual general meeting.

We also seek to engage with a company when we intend to vote against items at annual general meetings. This helps us clarify a company's approach to sustainability and governance matters, coming to a more informed decision, and also signals to companies where they might improve.

References to international standards

We are a member of the United Nations Principles for Responsible Investment ("UN PRI"), signalling our commitment to ESG issues. We report in line with these principles, including on their climate and sustainable outcomes models which overlap with aspects of principal adverse impact disclosures.

Our Responsible Investment & Engagement Policy notes our support for the Paris Agreement, and we assess companies' implied temperature rise with this agreement in mind. We have signed the Global Investor Statement to Governments on the Climate Crisis for three years, encouraging government action on the commitments of the Paris Agreement. We have also formally become a supporter of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), which is itself becoming an international reference for various national standards on climate reporting. We produced our first mandatory TCFD report in June 2024, having published voluntary reporting largely aligned to these requirements in previous years.

In becoming members of the Investor Alliance on Human Rights we committed to strive to implement the responsibility to respect human rights, as outlined in the UN Guiding Principles on Business and Human Rights.

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

Our avoidance of certain controversial weapons investments references a number of international standards. These include The Convention on Cluster Munitions, Anti-Personnel Mine Ban Treaty, Biological and Toxin Weapons Convention, Chemical Weapons Convention.

HISTORICAL COMPARISON

Please see our commentary above for notes on historical comparison between periods, as they relate to specific issues and metrics.

Date

June 23, 2025

Statement on principal adverse impacts of investment decisions on sustainability factors

IMPORTANT INFORMATION This document has been prepared by Findlay Park Partners LLP (FPP).

The information contained in this document is believed to be accurate at the date of publication. No representation or warranty is made as to its continued accuracy after such date and the information, is subject to change without notification. FPP accepts no liability for any loss or damage arising from the use or misuse of, or reliance on, the information provided including, without limitation, any loss of profits or any other damage, whether direct or consequential. Unless otherwise indicated, all figures are sourced from FPP.

This document may contain forward looking statements including statements regarding our belief or current expectations with regards to the performance of certain assets and/or sectors. Forward looking statements are subject to certain risks, uncertainties and assumptions and should not be relied upon. FPP accepts no liability for any loss or damage arising from the use or misuse of, or reliance on, the information provided including, without limitation, any loss of profits or any other damage, whether direct or consequential.

Nothing contained in this document constitutes investment, accounting, tax or legal advice or an offer to sell, or a solicitation of any offer to buy, any interests or shares in any investment. Any investment in the Fund will be subject to the terms, including a list of risk factors and conflicts of interest, set out in the Fund's Prospectus. Investors in Europe should read the KID and [Summary of Investor Rights](#). The KIDs (including Dutch, French, German, Italian, Spanish and Swedish translations) are available at findlaypark.com and upon request. Investors in the UK should read the KIIDs and the Supplementary Information Document available at findlaypark.com and upon request. Investors should ensure they understand the investment objectives, risks, charges and expenses, prior to making an investment decision or alternatively discuss with an investment professional.

The document may include information derived from third parties. All rights for third party data is reserved. Whilst FPP believes such sources to be reliable and accurate, no assurance is given in this regard. FPP does not warrant the accuracy, adequacy or completeness of the information and data contained herein.

© Findlay Park Partners LLP 2025. All rights reserved.